

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.278 - SP (2019/0135523-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : MARCIA MICHELE MARIOTINI**  
**ADVOGADO : RODRIGO CÉSAR PARMA - SP291168**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. MULTA DIÁRIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. COISA JULGADA. FIEL CUMPRIMENTO DO TÍTULO EXECUTIVO.

1. É possível a cominação de multa diária com o fim de compelir o INSS ao cumprimento de obrigação de fazer consistente na implantação de benefício previdenciário. Precedentes do e. STJ.
2. Ciência inequívoca da autarquia quanto à obrigação de fazer verificada a partir da intimação pessoal do Procurador Federal.
3. Apelação desprovida.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 537, § 1º, do Código de Processo Civil, no que concerne ao valor excessivo da multa, trazendo os seguintes argumentos:

O critério a ser aferido para fixação da multa: o valor do benefício econômico almejado pelo processo.

A multa não tem natureza ressarcitória, indenizatória ou compensatória; mas, tão-somente, inibitória e coercitiva. Além disso, o bem jurídico tutelado pela multa é o respeito à ordem judicial, e não o ressarcimento do patrimônio do lesado.

A partir do momento em que a multa não guarda qualquer proporção, fere o *substantive due process of Law*, servindo tão-somente ao enriquecimento ilícito dos autores.

Com efeito, a multa por dia de atraso no cumprimento da decisão judicial, não pode fugir dos estritos parâmetros do dano efetivamente sofrido pelos segurados, sob pena de ensejar o locupletamento destes pela via transversa das astreintes, convolvando-as em fonte de renda destituída de qualquer supedâneo legal.

Por outro lado, a imposição de multa para cumprimento de obrigação

de fazer tem por finalidade desestimular a inércia do devedor ou sua recalcitrância, no entanto, não pode servir ao enriquecimento sem causa (fls. 96).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 41, §6º, da Lei n. 8.213/1991, no que concerne ao prazo reduzido para o cumprimento da decisão judicial, trazendo o seguinte argumento:

Outro tópico da decisão com a qual não pode o INSS se conformar é o que o prazo de 10 dias para seu cumprimento não estava de acordo com a legislação previdenciária.

Ora, a Lei 8.213/91 determina ao INSS o prazo de 45 dias para efetivar o primeiro pagamento do de benefício (artigo 41, §6º da Lei 8.213/91), não sendo razoável que a r. decisão se afaste tanto desse parâmetro (fls. 97).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula 211/STJ, uma vez que as questões não foram examinadas pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

**Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

